



# TCE EM PAUTA

ANO XIX - Nº 103

NATAL/RN MAIO E JUNHO DE 2015

FALE, CRITIQUE E PARTICIPE. OUVIDORIA DO TCE: 0800-281-1935

@TCE\_RN



## TI & CONTROLE EXTERNO

SETOR DE INFORMÁTICA  
DESENVOLVE ESTRATÉGIA  
BUSCANDO COLABORAR COM A  
AÇÃO FISCALIZADORA DO TCE

PÁGINA 06



## ANNE LUTA

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETA REVELA COMO MANTÉM O  
EQUILÍBRIO PRATICANDO O KUNG FU

PÁGINA 12



## LUZ, CÂMERA... SESSÃO!

A VOTAÇÃO DOS CONSELHEIROS  
EM TORNO DOS MAIS DIVERSOS  
PROCESSOS CONFIGURAM O  
FIM DE UMA ENGENRAGEM  
QUE ENVOLVE CENTENAS  
DE SERVIDORES. VEJA,  
NESTA EDIÇÃO, O TRABALHO  
QUE É REALIZADO NOS  
BASTIDORES DAS SESSÕES.

PÁGINA 04



## DIREITO E CONTROLE

O presidente do TCE, conselheiro Carlos Thompson e a conselheira Adélia Sales, participaram em Lisboa, Portugal, do “I Seminário Ibero-americano de Direito e Controle”. O evento, ocorrido de 19 a 22 de maio, reuniu representantes de Tribunais de Contas Brasileiros e dos Países Ibero-Americanos para discutir os sistemas de controle e as parcerias público-privadas (PPP) durante quatro dias de muitas análises e troca de experiências.

Carlos Thompson liderou a mesa que discutiu o compartilhamento de riscos em uma PPP, com elogiada apresentação do Professor Diogo Costa Gonçalves, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa que apresentou a situação atual das PPP na diretiva da União Europeia e em Portugal.

### DNIT

A 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região condenou o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) a pagar indenização de R\$ 236,4 mil, a título de danos morais, a uma vítima de acidente automobilístico em rodovia federal. O acidente teria sido causado por obra de manutenção na via. A decisão negou provimento à apelação do DNIT e deu parcial provimento ao recurso do autor da ação para aumentar a pena imposta pelo Juízo da 8ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Bahia.

A decisão foi unânime e cabe recurso.

### AUXÍLIO-EDUCAÇÃO

Juizes, desembargadores e servidores do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro vão receber auxílio-educação. O benefício é de R\$ 953,47 por cada filho, matriculado em escolas públicas ou privadas, até um limite de três.

A Lei 7.014/15 já foi sancionada pelo governador Luiz Fernando Pezão e publicada no Diário Oficial desta segunda-feira (1º/6).

### CURIOSIDADE

A população de cachorros em domicílios brasileiros supera em mais de duas vezes a de gatos. No Brasil, há hoje 52,2 milhões de cães e 22,1 milhões de gatos criados em domicílio, segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde, divulgada no último dia 02/06 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do mesmo ano, havia 44,9 milhões de crianças de até 14 anos nas casas brasileiras.

### DELATOU

As fotos publicadas no Facebook por uma trabalhadora que recebia auxílio-doença concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) devido a um quadro de depressão grave foram usadas pela Advocacia-Geral da União para conseguir, na Justiça, suspender o benefício e comprovar que ela tinha condições de trabalhar.

### ESCREVENDO EM INGLÊS

Com o objetivo de auxiliar a comunidade acadêmica nacional a escrever artigos científicos em inglês com correção gramatical e coesão, oito pesquisadores brasileiros e estrangeiros lançaram o livro Writing Scientific Papers in English Successfully: Your Complete Roadmap.

O livro é dividido em duas partes: a primeira oferece os fundamentos teóricos da escrita científica e a segunda detalha estratégias, técnicas e ferramentas que facilitam a redação dos trabalhos científicos em inglês.

**Mais informações: Amazon e (16) 3371-140**

### SÃO JOÃO DO TCE

As comemorações do São João, uma das festas mais tradicionais do Nordeste, foram celebradas pelos servidores do TCE na sexta, 19 de julho, no Hotel Vila do Mar, com animação do Grupo de Forró de Francinaldo. Realizada pelo Sindicotas com apoio da presidência do TCE, foi o primeiro evento a cargo da nova gestão do sindicato, presidido pela servidora Edna Gomes da Costa.

## TCE EM PAUTA

### SÍNTESE ORGANIZACIONAL DO TCE

#### CONSELHEIRO PRESIDENTE

Carlos Thompson da Costa Fernandes

#### CONSELHEIRA VICE-PRESIDENTE

Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

#### CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA

Antônio Gilberto de Oliveira Jales

#### CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Renato Costa Dias

#### CONSELHEIRO CORREGEDOR

Paulo Roberto Chaves Alves

#### CONSELHEIRO OUVIDOR

Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior

#### CONSELHEIRO DIRETOR DA ESCOLA DE CONTAS

PROFESSOR SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA

Tarcísio Costa

#### AUDITOR

Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro

#### SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL

Marise Magaly Queiroz Rocha

#### SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO

Anderson Leonardo de Oliveira Brito

#### CONSULTOR JURÍDICO

Peter John Arrowsmith Cook Junior

#### CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

João Vicente Nunes Rêgo

#### MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE

##### PROCURADOR-GERAL

Luciano Silva Costa Ramos

##### PROCURADORES

Carlos Roberto Galvão Barros

Luciana Ribeiro Campos

Othon Moreno de Medeiros Alves

Ricart César Coelho dos Santos

Thiago Martins Guterres

#### EXPEDIENTE

##### ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:

Viktor Vidal

##### EDITOR:

Eugênio Parcella da Silva

##### REPORTAGEM:

Andréia Moraes

Graciêma Carneiro

Isaac Lira

Rosalie Arruda

##### PRODUÇÃO:

Fátima Moraes

Hiran Firmino

Priscilla Oliveira

##### PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Terceirize (84) 3211-5075

##### FOTOGRAFIAS:

Jorge Filho

##### IMPRESSÃO:

Solução Gráfica (84) 3613-0616

#### TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Getúlio Vargas, 690 - Petrópolis - Natal/RN - CEP. 59.012-360

Telefone/Fax: (84) 3642-7278

Site: [www.tce.m.gov.br](http://www.tce.m.gov.br) | E-mail: [tce-ccs@rn.gov.br](mailto:tce-ccs@rn.gov.br)

Facebook.com/tcedorn / Twitter: TCE\_RN



Sob o comando da Teresa Diógenes, comissão pretende dinamizar o controle interno, iniciando com a elaboração de um manual de procedimentos

## COMISSÃO

# CONTROLE INTERNO

Um bom controle interno começa com uma boa rotina de trabalho. A atuação preventiva e corretiva é o grande alicerce para a realização de ações que favorecem a melhoria das decisões, a condução das atividades e, principalmente, o acompanhamento dos objetivos e metas da instituição. O resultado, além da mudança cultural, pode ser observado pela economia processual, pela eliminação do retrabalho. Um controle interno fortalecido minimiza erros e riscos à administração.

As explicações são da presidente da Comissão de Controle Interno do TCE/RN, Teresa Cristina Dias Diógenes que, juntamente com o assessor técnico jurídico, Ronald Medeiros e a inspetora de controle externo, Shárada Jewur, compõem a equipe responsável pela dinamização do setor. “Trabalhamos no sentido de garantir agilidade, eficiência e mais qualidade dos atos administrativos. Somos um órgão de

auxílio e orientação com a finalidade de buscar os procedimentos mais eficientes para a gestão administrativa desta Corte de Contas”, explicou.

A Comissão Permanente de Controle Interno – CPCI, prevista no Art. 67, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, aprovado pela Resolução nº 009/2012 – TCE, tem o objetivo de zelar pela eficácia da Administração, assegurando o cumprimento dos preceitos normativos e a eficiente aplicação dos recursos públicos. O Controle Interno é um órgão estratégico dentro da Instituição Pública. Suas ações são voltadas para facilitar o alcance da eficiência, alvo principal da nova gestão pública gerencial. Além disso, exerce papel fundamental na administração auxiliando o gestor na tomada de decisões; funcionando como uma unidade de inteligência administrativa do órgão; agindo no

mérito do ato administrativo e acompanhando a gestão como um todo, em busca dos melhores resultados.

Atualmente, o Controle Interno executado pela Controladoria Geral da União - CGU é exemplo para todo o país. O Tribunal de Contas se espelha no trabalho realizado pela CGU e a nível estadual tem como modelo o controle interno executado pelo Tribunal de Justiça do Estado. No TCE/RN a meta é criar o Manual de Procedimentos Administrativos que tem o objetivo de padronizar as rotinas de trabalho para aperfeiçoar e garantir a eficiência dos atos. Para isso, será necessária a expedição de uma série de orientações de controle interno.

As primeiras orientações já foram expedidas e estão disponíveis no site do Tribunal. Elas tratam de temas como indenização de verbas exoneratórias; progressão por mérito; progressão por qualificação e adicio-

nal por titulação. As orientações foram divulgadas para o público externo com o intuito de servir de modelo para o jurisdicionado. Com a confecção do Manual de Procedimentos Administrativos será possível realizar as primeiras auditorias internas que resultarão na elaboração de relatórios e recomendações.

O TCE fará suas auditorias internas por meio da análise indireta de processos. “É um equívoco analisar todos os processos da instituição. No Rio Grande do Norte a atuação do controle interno é precária e defasada. Na maioria dos órgãos do estado, o controle interno fiscaliza todos os processos e chega a autorizar pagamentos, a exemplo da CONTROL – Controladoria do Estado”. Segundo Teresa Diógenes, o índice de retrabalho é altíssimo. “O controle interno não é um corretor, mas sim um orientador”, explica.

## COTIDIANO



A sessão exige preparativos que vai da disposição das togas, divisão dos processos, tudo sob o comando da Secretaria das Sessões

# NOS BASTIDORES DAS SESSÕES

Seja bem vindo ao Plenário da Corte de Contas. O local onde os conselheiros julgam todas as semanas nas sessões plenárias as contas públicas de centenas de Prefeituras do Rio Grande do Norte e órgãos jurisdicionados.

Você já imaginou como funcionam os bastidores dessas sessões?

Para começarmos, quase vinte pessoas trabalham para garantir que as plenárias cumpram os objetivos desejados: a fiscalização das contas públicas, através do julgamento dos processos que estão na pauta do dia. Mas, até que os processos cheguem para análise uma máquina silenciosa e eficaz trabalha nos bastidores.

A Secretaria das Sessões é o cérebro do plenário. Ali no primeiro andar do TCE, os processos são recebidos,

catalogados, separados por conselheiros e relacionados para entrar na pauta da sessão, previamente numerada. A pauta é publicada no Diário Oficial do Órgão 48 horas antes da sessão.

A rotina para o início de cada sessão do Pleno fica sob a supervisão criteriosa e austera da Secretaria das Sessões, Tereza Rocha do Nascimento, 11 anos no comando de uma equipe de 10 funcionárias. No setor, o interessado pode encontrar toda memória das sessões plenárias. Sejam as atas, os acórdãos, as decisões, as Resoluções entre outras decisões. “Temos tudo digitalizado de 2003 a 2015”, informa Tereza.

Além disso, para a sessão funcionar, a secretária precisa estar atenta a detalhes como organização do plená-

rio, banheiros, copa, lanches, mesas, gravações e as togas. A Secretária das Sessões também é responsável pela supervisão da Rádio Plenário, que funciona pelo sistema interno da Casa e qualquer servidor do Tribunal pode acompanhar as sessões. O setor dispõe de gravações das plenárias do ano de 2005 a 2015.

Nos bastidores, todo áudio é registrado pelo ouvido atento do técnico em informática, João Orlando. Ele checka o som, os microfones e todo engrenagem para gravação do dia.

Antes, o servente Luciano Neves, 48 anos, responsável pela limpeza da sala, começa sua rotina. Varre todo salão, observa as luminárias, as poltronas, os banheiros e vai anotando alguma coisa que necessite de reparos.

“Vou vendo o que precisa melhorar e dou dicas para Dra. Tereza, secretária das sessões”, relata, com orgulho. Confessa que sempre quis trabalhar no plenário. “Gosto daqui. É um trabalho digno. Os conselheiros são importantes. Mas, tenho um carinho especial pela Dra. Adélia Sales e pelo auditor Marcos Montenegro,” revela com um sorriso tímido.

Tudo deve estar “nos trinques” às 10h30 horário do início dos trabalhos dos sete conselheiros que compõe a corte de Contas no Plenário. Além deles, o procurador geral do Ministério Público de Contas, dois auditores (no momento apenas um auditor em plenário. O TCE finaliza a organização de um concurso para preenchimento de outra vaga), uma secretária e

uma ajudante de plenário também estão a postos.

Dois garçons se revezam no atendimento aos membros da corte. No decorrer da sessão são servidos água, suco e café. A maioria dos conselheiros toma café com adoçante. A exceção é a conselheira Adélia Sales, ela gosta de café “carioquinha”, que é mais fraco, diz o garçom Robinson Willian, 31 anos, há sete anos trabalhando na Corte. Ele diz que não há mistério no trabalho. É atenção e cuidados para obedecer à hierarquia. O primeiro a ser servido é sempre o presidente. Pela ordem, ao lado direito do presidente, o representante do Ministério Público, em seguida o conselheiro mais antigo e assim por diante, finalizando na secretária que está ao lado esquerdo do presidente. Os garçons não podem cruzar pela frente da mesa. Todo serviço é processado por traz dos conselheiros.

Durante o período que serve ao plenário, Robinson disse que não computou nenhum acidente, como derrubar café na toga de um conselheiro, por exemplo. “Não, isso não. Aconteceu do próprio conselheiro derrubar o café,” comenta sério. Sempre de olho na mesa dos conselheiros, sua atribuição também é manter o copo do relator sempre cheio. “Fico observando o conselheiro que está relatando, pra não pode faltar água”, ensina.

A vida no plenário também faz parte do cotidiano da servidora Tércia Vивиanna Varela de Moraes que auxilia a secretária da sessão, sempre posicionada atrás do púlpito. Sob sua responsabilidade estão as togas que ajuda a vestir e depois recolhe para ordená-las em local apropriado no plenário. “As togas são confeccionadas sobre medida para cada conselheiro”, diz.

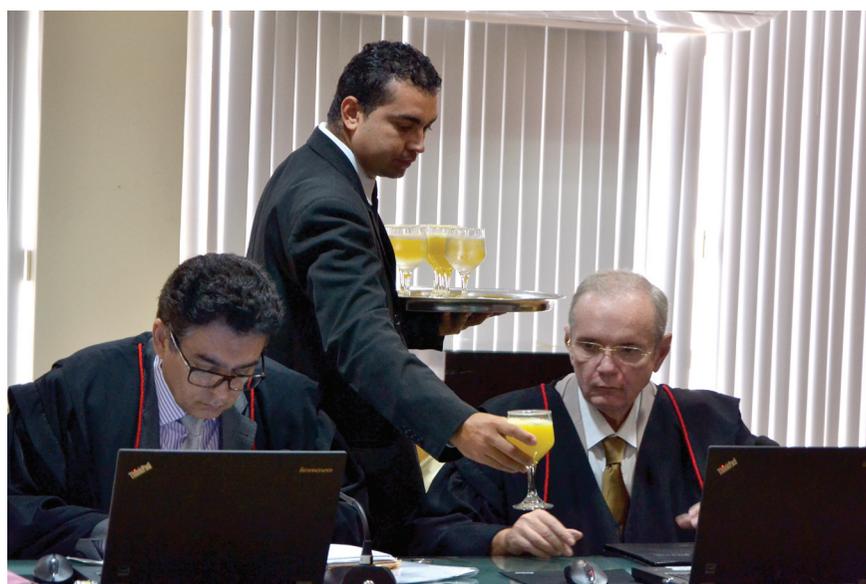
A secretaria-auxiliar também organiza os processos a frente do conselheiro, sempre na ordem da pauta que é previamente distribuída pela secretaria das sessões. “O trabalho parece simples, mas é de grande responsabilidade e atenção. A gente está lidando com decisões que vão afetar um gestor,” explica Tércia.



**Assessora ajuda conselheiro a vestir a toga**



**O trabalho começa antes, com a limpeza do plenário**



**Os garçons revezam no atendimento aos conselheiros**

## A GUARDA

Discretíssimo, mas sempre ligado nos acontecimentos do plenário está à guarda do TCE. Um policial militar fica posicionado na porta de entrada para controle e acesso das pessoas que estão participando da sessão. Além dele, o capitão Tarso Arcaño de Carvalho, 12 anos de Casa, também fica a postos para qualquer eventualidade fora da rotina. “Recebo a pauta e os assessores dos gabinetes dão o tom”, explica. De acordo com o capitão, se algum processo polêmico entrar na ordem do dia, ele poderá disponibilizar mais um policial descaracterizado, ou seja, sem a farda de trabalho para cobrir a sessão. “Durante o período que trabalho no TCE, apenas uma vez aconteceu um sessão onde alguns prefeitos estavam com os ânimos exaltados,” comentou.

Entra presidente ou saia presidente uma coisa permanece igual. A máquina incansável e competente que põe em funcionamento toda engrenagem que determina as decisões que impõe a corte de contas.

## O PLENÁRIO

No Plenário do Tribunal de Contas do Estado funcionam as sessões da Primeira e da Segunda Câmaras, nas terças-feiras e quintas-feiras, às 9h, respectivamente. As sessões do Pleno são realizadas nos mesmos dias no horário das 10h30.

As reuniões são abertas ao público e o auditório acomoda 69 pessoas, entre curiosos, advogados, jornalistas e os funcionários dos gabinetes que acompanham os conselheiros.

A Assessoria de Imprensa do TCE também está presente em todas as sessões do plenário.

No local, o visitante pode conhecer aspectos da história do órgão através da galeria de fotos dos ex-presidentes.

## AVANÇO

Alexandre, diretor de Informática: “a preocupação com a modernização é permanente”

# TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO A SERVIÇO DO CONTROLE EXTERNO

É fato. Fiscalizar a correta aplicação do recurso público, missão precípua dos tribunais de contas, não é tarefa fácil. Ao longo dos anos o trabalho de combater desvios; apresentar parecer técnico sobre as contas governamentais e até mesmo antecipar eventuais distorções que podem ocasionar prejuízos ao erário, vem ganhando reforço no sentido de aprimorar a fiscalização, com conseqüente impacto nos resultados. Numa era marcada pelo uso da tecnologia, a utilização de aplicativos para a melhoria do serviço, seja no âmbito interno ou no externo, já é realidade nas Cortes de Contas.

Na avaliação do diretor de informática do TCE, Alexandre Luiz Galvão Damasceno, já foram registrados avanços significativos no sistema utilizado na Corte de Contas, levando em consideração as necessidades do órgão, mas ainda há muitos desafios para o futuro. “Estamos bem à frente quando nos comparamos com outros órgãos semelhantes, mas a preocupação com a modernização é permanente”, enfatiza, lembrando que até bem pouco tempo atuavam dando um suporte à área administrativa, e agora a meta é desenvolver estratégias que contribuam com o controle externo, possibilitando mais eficácia e eficiência na elaboração dos relatórios de fiscalização.

## EVOLUÇÃO

Que o trabalho manual ainda é uma realidade nos órgãos públicos, isso não se discute, afinal as mudanças, sobretudo culturais, são lentas. Mas o que a tecnologia pode proporcionar, agilizando o tempo e possibilitando a redução de custos, como a eliminação de papel, por exemplo, já é algo visível nas instituições. Ações como a implantação do memorando eletrônico e a eliminação do processo físico, por exemplo, configuram em mudanças significativas com repercussão que vai desde o modo de fazer – com a capacitação dos servidores para o uso correto da ferramenta, até uma maior agilidade no tramite processual, entre outros resultados.

Alexandre lembra que um dos focos do atendimento da DIN, como atividade meio, busca entender o que o órgão precisa e atender suas necessidades. Pensando nisso, criaram a Mesa de Atendimento – projeto que busca treinar de forma diferenciada os servidores mais antigos, para que se adaptem a este novo momento. Além de desmistificar a tecnologia, mostrando que com simples comandos pode se fazer muitos serviços unindo agilidade e eficiência. “Ressalte-se que muitas ferramentas utilizadas são auto-explicativas”, reformula Alexandre.

Um dos marcos do uso da tecnologia no TCE é representado pelo Siai – Sistema de Auditoria Informatizada, ferramenta utilizada para coleta de dados. Além da recepção, possibilita análise e transparência, apontando indícios de irregularidades. As informações são encaminhadas pelos próprios gestores, que passam a ser responsáveis pelos dados que, evidentemente, são cruzados para comprovação da veracidade. Hoje, foi criada também uma versão o Siai DP, fazendo o trabalho de alertar o jurisdicionado antecipadamente com relação ao pagamento de multa ou restituição de valores executados de forma indevida e o acompanhamento da folha de pagamento.



**Diretor da DDP, Marcelo Bergantin ressalta o controle da folha de pessoal do Estado e Municípios**

## INTERAÇÃO

Funcionando com dez servidores, mais vinte terceirizados e quatro estagiários, a Diretoria de Informática convive com o desafio de manter pessoal técnico qualificado na Casa, diante de um mercado propício para este perfil profissional. O trabalho é dividido em três eixos, iniciando com o básico, que é o atendimento de suporte, tirando dúvidas dos usuários e promovendo o conserto de computadores; em seguida vem a parte de infra-estrutura, cujo objetivo é manter os programas em pleno funcionamento e, por fim, o setor responsável pelo desenvolvimento da programação. “É preciso entender o negócio para desenvolver o programa e ajudar o cliente no atingimento da sua meta”.

É neste cenário que os desafios são apresentados. No Plano de trabalho da gestão, Alexandre destaca como metas a melhoria da tecnologia em uso, atualizando a plataforma de programação, hoje é ASP, mudando para .net. “Para o usuário final não tem mudança, mas para nós é como se tivesse um motor melhor – a ideia é mudar para reduzir a manutenção e ter condições de

investir no desenvolvimento de novos projetos” Também querem melhorar os dados do SIAI – tornando o sistema mais inteligente, colaborando com inspetores. Tornar o portal da transparência mais amigável e com informações mais adequadas, servindo como exemplo para os jurisdicionados – fazendo com que o cidadão tenha conhecimento e pessoa colaborar com o TCE na fiscalização do recurso público (disponibilizar informações da melhor forma possível para o jurisdicionado). “Enfim, Tecnologia não avança por si só – ocorre de acordo com a necessidade da instituição”, finalizou.

## RESPOSTA MAIS ÁGIL PARA A SOCIEDADE

Com um simples toque é possível saber o quantitativo de servidores da prefeitura, os cargos que ocupam e as remunerações pagas. Desde 2013, com a obrigatoriedade dos jurisdicionados de encaminharem o quadro funcional e a folha de pagamento, o TCE passou a ter essa informação atualizada mensalmente, o que facilita inclusive o trabalho da auditoria. Segundo Marcelo Bergantin, diretor da Diretoria de Despesa com pessoal – DDP, a resposta tem sido positiva, e dá como exemplo o fato de que atualmente mais de 90% dos jurisdicionados encaminham as informações regularmente.

As informações possibilitam análises, definição de indicadores e planejamento de fiscalizações, cita como exemplo um município cuja folha é 10 vezes maior que a de municípios que possuem número de habitantes semelhante. A diferença chama atenção. Os dados apurados são utilizados, assim, para decidir quais os jurisdicionados serão fiscalizados. O cruzamento das informações também permite saber se houve pagamento de vantagens indevidas, acumulação ilegal de cargos, presença de servidores falecidos na folha de pagamento, entre outros. “O sistema possibilita dar uma resposta mais ágil à sociedade e iniciar o processo de apuração de responsabilidade”, explicou.

O gestor responsável que não encaminhar os relatórios ao TCE pode ser condenado ao pagamento de multa de até R\$ 5 mil por mês, além de outras penalidades.



**Eduardo Felipe, da DAE: “hoje é possível acompanhar todo o processo”**

## UMA MÉDIA DE MIL MANDADOS SÃO ENCAMINHADOS POR MÊS

Mensalmente a Diretoria de Atos e Execuções – DAE emite uma média de mil mandados aos ordenadores de despesas, informando sobre a situação de determinada prefeitura, câmara municipal ou órgão público, dos quais em torno de cem são relativos a ressarcimentos, inclusive definindo prazos para efetuação dos pagamentos. Hoje, relata o diretor da DAE, Eduardo Felipe Borges Carneiro Costa, é feito o acompanhamento de todo o processo. “É possível saber pelo CPF se o ordenador de despesa está em situação regular ou se consta débito”, relata.

A DAE trabalha com processos físicos e eletrônicos, na fase de instrução e transitados e julgados. Desde 2014 desenvolveram, em parceria com a Diretoria de Informática, um sistema de atualização monetária. Com o lançamento do Portal do Gestor, nas próximas semanas, os boletos poderão ser emitidos para pagamento imediato no próprio portal do TCE. Ressalte-se as parcerias que foram realizadas, com o Banco do Brasil, que integrou o seu sistema visando o controle orçamentário, e o Correios, que possibilitou a emissão automática do AR - Aviso de Recebimento, que antes era efetuado por um servidor.

## SISTEMAS EXECUTADOS

- Processo eletrônico – reduzir a quantidade de papel, com segurança, além de melhorar o desempenho do trabalho);
- Sistema de execuções- controle de dívidas, multas e ressarcimento do jurisdicionado;
- SIAI;
- SIAI DP;
- Memorando eletrônico;
- Sub sistemas - apoio, segurança, diário oficial, reestruturação do site.



Presidente do TCE/RN, Carlos Thompson, ressaltou a importância do tema da saúde

## MOVIMENTO

# JORNADA CIENTÍFICA DEBATE

## O CONTROLE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

A contribuição do controle externo para a efetividade dos serviços e ações de saúde pública. Esse foi o principal tema discutido nesta sexta-feira (29) na etapa Rio Grande do Norte das Jornadas Científicas do Instituto Rui Barbosa. O evento foi promovido pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) em parceria com o IRB e contou com palestra e debate sobre os serviços de saúde pública no RN e no Brasil.

O evento teve a presença do presidente do IRB, conselheiro Sebastião Helvécio (TCE/MG), do presidente do TCE/RN, Carlos Thompson, da vice-presidente do TCE/RN, conselheira Adélia Sales, do corregedor do TCE/RN, conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves, do conselheiro Gilberto Jales, do procurador-geral do Ministério Público de Contas, Carlos Roberto Barros, da coordenadora do Centro de Apoio às Promotorias de Justiça da Saúde (CAOP Saúde) do MP/RN, Iara Pinheiro, entre outras autoridades.

Para o presidente do Instituto Rui Barbosa, Sebastião Helvécio, o tema “saúde” é de grande importância para os órgãos de controle. “Estudar e compreender as ações e serviços de saúde é algo de grande relevância para as Cortes de Contas. A saúde, ao lado da educação, ocupa um lugar de destaque nas nossas preocupações”, afirmou.

O presidente do TCE/RN, Carlos Thompson, destacou a necessidade de que os órgãos de controle deem as suas contribuições na melhoria dos serviços de saúde. “Saúde é um tema premente. Nós que trabalhamos cotidianamente com o controle externo conhecemos de perto as dificuldades da gestão quando vai executar a política pública. Queremos e precisamos dar a nossa contribuição para uma política mais efetiva”, disse.

A Jornada teve a palestra “Ações e serviços de saúde”, ministrada pela inspetora de Controle Externo Anne Emília Costa Carvalho, diretora da

Administração Direta. Além de explicar o funcionamento do Sistema Único de Saúde, como também todo o arcabouço jurídico que o envolve, Anne Costa Carvalho rememorou alguns dos trabalhos mais recentes sobre o tema dentro do Tribunal de Contas, como a auditoria operacional nos hospitais regionais Secretaria Estadual de Saúde,

que encontrou várias irregularidades e fez 99 recomendações ao Executivo.

Logo após, aconteceu um debate com a participação de Iara Pinheiro de Albuquerque, Célio da Costa Barros, auditor Federal de Controle Externo do TCU (SECEX/RN) e do secretário-adjunto de saúde do RN, Haroldo Melo do Vale.



Anne, diretora da DAD, falou sobre o a implementação e os desafios do SUS

**TENDÊNCIA**

## PRESIDENTE DO IRB APONTA AUDITORIAS COMO MEIO PARA UMA MAIOR APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE

O exercício do controle externo, executado pelos tribunais de contas, passa por mudanças significativas. A tendência agora, afirma o presidente do Instituto Rui Barbosa e presidente do Tribunal de Contas de Minas Gerais, conselheiro Sebastião Helvecio, é promover uma maior aproximação com a sociedade. Ante as várias formas de atuação, aponta as auditorias como estratégias que vem apresentando resultados positivos. “Antes eram realizadas as chamadas auditorias de conformidade, observando a aplicação de recursos em conformidade com a legislação. Agora, são as auditorias operacionais, em que também são focados os resultados”, explicou.

De acordo com Helvecio, o acesso mais facilitado à informação, aliado a pressão da sociedade e avanço da tecnologia da informação vem provocando mudanças que repercutem nas Cortes de Contas. “Os recursos aplicados em políticas públicas são para melhorar a vida das pessoas”, disse, acrescentando que para isso acontecer torna-se necessário que os gestores “façam escolhas mais qualificadas”. É nesta perspectiva que os órgãos de controle externo vêm executando ações de melhoria da governança pública e também de combate a corrupção.

Nos últimos anos, lembrou, foram realizadas auditorias coordenadas nas áreas de educação e saúde, integrando a rede formada pelos tribunais de contas da União, dos Estados e Municípios, experiência que será repetida agora, com a auditoria na área da previdência. São áreas de interesse de toda população que apresenta como resultados uma série de “recomendações” para acabar ou coibir irregularidades, que passam a ser monitoradas pela equipe da auditoria local.

Na linha de combate a corrupção ressalta que esta é uma prática inerente ao ser humano, por isso tem que ter um controle. “A Petrobrás não tinha

governança, veja o que aconteceu. Mas esta não é uma situação inerente ao setor público, na iniciativa privada observamos também vemos distorções, como é o caso da Fifa”, exemplificou. Para evitar estas situações, lembra que atualmente contam com o auxílio da informática; desenvolvem parcerias para o cruzamento de informações e buscam, cada vez mais, uma fiscalização concomitante, em tempo real. “O caminho é fortalecer e aprimorar o controle externo, fazendo que os ordenadores de despesas façam o ressarcimento dos recursos públicos que não foram devidamente executados e inibindo os cartéis”.

Por fim, Sebastião Helvecio lembrou que as Nações Unidas definiram 2015 como ano internacional de avaliação das políticas públicas. Para marcar esta data, o IRB vai realizar em outubro um encontro internacional discutindo técnicas de medição de indicadores, apresentando estudos comparativos e apresentando boas práticas. No final de contas, são vários os desafios e temas que se cruzam na complexidade que é o exercício do controle externo.

O presidente do TCE mineiro esteve em Natal participando de mais uma etapa das “Jornadas Científicas do IRB”, programa de capacitação realizado pelo Instituto em parceria com os Tribunais de Contas de todo o país e que, no Rio Grande do Norte, abordou o tema “Ações e Serviços de Saúde”, apresentado pela inspetora de controle externo e diretora da Administração Direta do TCE, Anne Emilia Carvalho, seguido de mesa redonda com representantes do TCU, MP/RN e Secretaria Estadual de Saúde. “Estes encontros buscam capacitar servidores em temas de interesse do controle externo”, relatou, lembrando que ao longo do ano serão realizadas 27 conferências, todas gravadas em vídeo e disponibilizada para acesso dos servidores no portal do IRB.



**Conselheiro Helvecio destacou o caráter pedagógico das jornadas científicas do IRB**

### AMPLIAÇÃO DO CONHECIMENTO ESPECIALIZADO

Iniciadas em março, as Jornadas Científicas do IRB – 2015 prosseguem até novembro, sempre possibilitando a apresentação e o debate de temas significativos, de interesse dos servidores, jurisdicionados e o público em geral. Todo o conteúdo foi filmado e disponibilizado no site <https://libano.tce.mg.gov.br/eeventos/jornadascientificas>. Veja os temas que foram ou serão apresentados por cada TC:

- TCERS - Controle e Tarifas de Transporte Público
- TCEMG - Organizações da Sociedade Civil / OSC
- TCECE - Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público
- TCERO - Licitações Sustentáveis
- TCMBA - Contas de Governo e Contas de Gestão
- TCEBA - Auditoria Operacional
- TCDF - SAI PMF X Marco de Medicação de Desempenho dos Tribunais de Contas
- TCERN - Ações e serviços de saúde
- TCEPE - Tema: Parceria Público-Privada
- TCEES - Controle e Previdência Social
- TCERJ e TCMRJ - Regulação de Acesso a Saúde
- TCEPR - Auditoria de Obras Públicas e Atos de Administração e Concursos
- TCEAL - Controle e Resíduo Sólido
- TCETO - Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública SICAP Contábil
- TCEMT - Desenvolvimento Local
- TCEAC - Despesa com Pessoal e Federação
- TCEAP - Corregedoria e Ouvidoria
- TCEMS - Ética e Cidadania
- TCU - Controle e Malha Eletrônica de Fiscalização
- TCEPA - Depreciação e Reavaliação de Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Público
- TCESP - Eficiência da Gestão e Indicadores

Obs. Até o fechamento desta edição o TCECE ainda não havia divulgado o tema que será apresentado na Jornada Científica.

EXPANSÃO

# ESCOLA DE CONTAS

## DOIS MIL ATENDIMENTOS ATÉ AGOSTO

Mais de 13 mil servidores e jurisdicionados receberam treinamento da Escola de Contas do TCE

É no exercício do controle externo, orientando e fiscalizando a gestão dos recursos públicos, função constitucional do Tribunal de Contas, que se encontra a ação pedagógica exercida pelas escolas de contas, tanto na capacitação interna desenvolvida para o servidor quanto na ação preventiva junto aos jurisdicionados. Com essas palavras, a Coordenadora Geral da Escola de Contas “Professor Severino Lopes de Oliveira”, Marlúcia Saldanha, define a importância do trabalho de capacitação desenvolvido no TCE/RN.

Segundo a orientação do Conselheiro Tarcísio Costa, Diretor Geral e fundador da Escola de Contas, “Priorizar a capacitação do servidor é um dos nossos objetivos estratégicos. Não há dúvida de que hoje o grande diferencial e o que alavanca o desenvolvimento das instituições é o seu capital humano. São as pessoas que fazem a diferença entre as instituições. Nosso servidor capacitado e atualizado, pode atuar de maneira muito mais eficiente e efetiva nas atividades do controle externo, respondendo às exigências que a sociedade lhe impõe”.

Até agosto a previsão é que a Escola alcance a marca de 45 eventos de capacitação, possibilitando dois mil atendimentos, sendo 600 participações de servidores e 1,4 mil de jurisdicionados, ou seja, prefeitos, presidentes de câmaras, assessores e dirigentes que participarão dos encontros regionais, abrangendo os 167 municípios, os quais serão realizados no próximo mês de agosto.

No intuito de cumprir com a meta de capacitação adequada às reais necessidades do TCE/RN é realizado, por meio da Assessoria de Planejamento e Gestão – APG, um levanta-

mento junto a cada unidade administrativa, identificando as necessidades reais dos funcionários, de cada setor, cujo resultado é repassado para que a Escola faça o seu planejamento.

Geralmente os setores com maior demanda são os que estão ligados à atividade-fim do Tribunal, ou seja aqueles que atuam diretamente no controle externo. “De longe, há maior demanda nas áreas de auditoria. É uma prioridade avançar nessa área”, informa a Coordenadora.

Diante das necessidades dos servidores, há dois caminhos para serem seguidos: a oferta de cursos diretamente a partir da estrutura da Escola e a busca por cursos em outras instituições, quando o tema ou a grade do curso não atende à necessidade de capacitação. “Quando não temos como promover os com nossos próprios recursos, fazemos uma busca e intermediamos para que se faça em outros locais. Então, o servidor se desloca para outro Estado com as despesas pagas pelo TCE”, acrescenta.

Entre os principais cursos já oferecidos este ano está o de aquisições, oferecido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e ministrado, em fevereiro, pela especialista Marília Santos Souza em fevereiro.

Entre os outros temas tratados, durante este semestre, destacaram-se os cursos que tem reflexo direto nas atividades cotidianas dos servidores e por isso foram programadas várias outras turmas durante o ano, podemos citar: auditoria governamental, e o uso das funcionalidades da área restrita do Tribunal de Contas. “Além da área-fim, temos muita demanda para cursos da área-meio, como redação oficial, informática, entre outros”, aponta.

A demanda por cursos internos, partindo dos próprios servidores, aumentou bastante nos últimos anos, principalmente por uma exigência legal. “Hoje os servidores precisam ter um mínimo de 40 horas de capacitação por ano para conseguir a progressão funcional, então isso trouxe um aumento significativo na procura por cursos”, explica.

Para se ter uma idéia do tamanho e da relevância do trabalho da Escola, desde a sua criação até o ano de 2014, quando fez 10 anos de existência, foram capacitadas mais de 13 mil pessoas, todas em áreas de interesse da administração pública. Com o objetivo de continuar essa expansão, a Escola de Contas foi incluída no programa de financiamento do RN Sustentável. A partir disso, vários projetos serão encampados, ampliando a capacitação, utilizando o ensino à distância para servidores e gestores públicos, no âmbito da atuação constitucional do TCE /RN.

### Cursos e eventos de capacitação até agosto

**45** 28 pela Escola  
17 outras instituições

### Beneficiados

**2 mil** pessoas  
**600** servidores  
**1,4 mil** jurisdicionados

Total de pessoas que tiveram acesso aos cursos da Escola de Contas

**13,4 mil**

### CURSOS E EVENTOS REALIZADOS EM POLOS REGIONAIS

Uma outra forma de atuação da Escola de Contas é a realização de cursos para os servidores do Governo do Estado, prefeituras, câmaras municipais e órgãos da administração direta e indireta. O objetivo é prevenir eventuais erros que podem resultar em desaprovação de contas, que, em muitos casos, não são fruto de má fé, apenas da falta de qualificação das equipes.

Neste ano, a capacitação dos jurisdicionados será realizada a partir da formação de pólos regionais, conseguindo atender cerca de 1,3 mil pessoas. Serão cinco pólos, em cidades importantes para as suas regiões, como Natal, Mossoró, Pau dos Ferros e Currais Novos. O pólo de Mossoró, por exemplo, integra 29 municípios do Oeste e do Médio Oeste.

Todos os eventos realizados terão uma programação padronizada, que privilegiará temas como consórcios públicos, portal da transparência, despesa com pessoal, auditoria operacional, entre outros. São temas tratados no cotidiano da Corte de Contas, na relação com os jurisdicionados.

“Sem abrir mão de exercer sua prerrogativa de órgão de controle, os Tribunais de Contas investem, cada vez mais, na orientação, preferindo demonstrar como fazer o certo, ao invés de, meramente, punir o errado. É indiscutível que para os Tribunais de Contas é preferível que recursos não sejam desviados ou desperdiçados”.

Finalizando, Marlúcia destaca a atuação do quadro de técnicos e instrutores da Escola e a importância das parcerias e acordos de cooperação com órgãos públicos e privados, como FEMURN, FECAM, SEBRAE-RN, ILP, ESMARN e Escola de Governo, entre outros.

MAIO E JUNHO DE 2015

**INFORMÁTICA**

# EQUIPE APRESENTA SISTEMA UTILIZADO NA ÁREA DE INVENTÁRIO PARA REPRESENTANTES DO TJRN

O setor de informática do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) recebeu a visita de representantes do Tribunal de Justiça do RN para mostrar o trabalho desenvolvido na área de inventário. Os técnicos do TJRN foram recepcionados pelo diretor de Informática Alexandre Luiz Galvão Damasceno e sua equipe. “Mostramos como fazemos o levantamento da quantidade de dispositivos em rede; quantitativo de licenças adquiridas, antivírus, uso de ferramentas free e outros dados”, explicou o assessor de informática do TCE, Davi Cunha.

Segundo o chefe de divisão de suporte de tecnologia da informação do TJRN, Patrick Alverga, o compartilhamento de informações pode representar uma economia de tempo e recursos para órgãos

públicos. “Nossa intenção é desenvolver uma parceria na área pública, entre instituições com objetivos similares”, explicou. Também participou do encontro o chefe da divisão de infraestrutura em Tecnologia da Informação do TJRN, Gilvan Galvão.

A proposta é que, a partir deste primeiro encontro, os dois tribunais formalizem uma agenda para a troca de experiências no eixo de TI, “o que trará benefícios para ambas instituições”, destacou Gilvan, lembrando que muitas informações atualmente estão disponíveis na internet, “mas quando há um setor que já domina o serviço, o aprendizado torna-se mais rápido e, muitas vezes, ao invés de três meses, levamos apenas alguns dias para aprender e desenvolver a tecnologia”, enfatizou.



Técnicos do setor de informática do TCE e TJ iniciam encontros para a troca de experiências

## MEMÓRIA DO TCE

O PASSADO NÃO RECONHECE O SEU LUGAR: ESTÁ SEMPRE PRESENTE. (MÁRIO QUITANA)



### JUNHO/2005...

O TCE/RN comemorava cinco anos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, nascida em 05 de maio de 2000, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, por imposição do Banco Mundial e do FMI. A LRF surgia para equilibrar as finanças públicas e garantir o melhor uso do dinheiro público, arrecadado do povo através de tributos, atendendo os serviços básicos necessários à coletividade.

### MAS, MUITO ANTES, NOS ANOS 30...

Um brasileiro nascido em Palmeira dos Índios, em Alagoas, chamado Graciliano Ramos, esboçou as primeiras linhas da lei, ao estabelecer na cidade que era prefeito, que era proibido gastar mais do que o arrecadado pelo erário municipal. Graciliano demitiu servidores ociosos, enxugou a folha e vetou contratações pelo critério de apadrinhamento político, praxe comum na época. A história está bem contada na edição de junho de 2005, no TCE em Pauta.

### AS RAZÕES DA LEI...

No aniversário da LRF, em 2005, o presidente Carlos Thompson, no exercício do cargo de Procurador-Geral do Ministério Público Especial, já alertava para a necessidade de um controle fiscal rigoroso decorrente da grave situação de déficit público dos Estados. “Nessa perspectiva, competem aos agentes, órgãos que integram a estrutura dos entes federados e à sociedade, cada qual, fazer a sua parte. Ao gestor público elaborar e implementar uma tríade orçamentária (LOA, LDO e PPA) factível e verossímil, para com esses instrumentos agir com transparência no gerenciamento e na aplicação dos recursos públicos.”

### MAIO DE 2005...

O presidente do TCE, conselheiro Alcimar Torquato, opinou que a LRF foi um divisor de águas no modelo brasileiro de gestão administrativa, pelo rigor de seus preceitos, muito representada em termos de conscientização sobre a aplicação do dinheiro público, tendo como palavras de ordem: planejamento, transparência, controle e responsabilização”.



AUTOCONHECIMENTO

# FILOSOFIA E LUTA

Faça o melhor que você puder hoje, buscando sempre se superar a cada novo dia. A máxima da filosofia oriental foi incorporada ao cotidiano da diretora de administração direta do TCE, Anne Emilia Costa Carvalho, e vem sendo apreendida há pouco mais de um ano, quando começou a praticar o kung fu. “Mudei totalmente o meu estilo de vida. O kung fu fez aflorar o melhor de mim”, revela.

Quem vê a jovem tranquila, metódica e focada no ambiente de trabalho não imagina que ela seja capaz de dar golpes duros nos adversários da ocasião. No entanto, este não é o objetivo. “A arte marcial apresenta uma nova cultura, uma forma diferente de encarar o mundo, uma proposta filosófica”, ensina.

Anne conta que sempre se interessou por artes marciais, mas nunca tinha praticado. Estava sedentária quando resolveu fazer uma aula experimental na Tat Wong Kung Fu Academy. Ao pisar no tatame pela primeira vez sentiu algo diferente, um prazer tão incrível que decidiu praticar o kung fu de forma permanente. “Qualquer pessoa, independente da profissão, da idade, do peso, pode

aprender com o kung fu, levando os ensinamentos para a sua vida”, disse.

Conhecida mundialmente graças aos filmes de Bruce Lee, que popularizou a arte marcial, Anne lembra que o kung fu vem evoluindo com o tempo, apresentando vários estilos, como o Choy Lay Fut, que ela pratica e que dissemina valores como bravura, integridade, bondade e sabedoria. “Trabalha a lógica que devemos estar sempre nos superando. Temos que ser amanhã melhor do que somos hoje”, relata, acrescentando que os praticantes buscam ser exemplos para outras pessoas.

Em meio às diversas atividades e responsabilidades que assume no dia-a-dia, entre as quais o doutorado em administração na UFRN e a diretoria do TCE, informa que diariamente arruma tempo para treinar, correr e pedalar, “tudo em função do preparo que preciso ter para evoluir no kung fu. Não é fácil”, conta, lembrando, por outro lado, que a luta trouxe autoconfiança. Equilíbrio e a consciência de uma espécie de liderança natural. “Sou várias em diversos momentos. O tatame é um dos poucos lugares em que estou só lá”, revela.



III Copinha de Sanda



A aparente tranquilidade de Anne esconde uma das suas preciosas habilidades: o kung fu